


Entrevista com a Professora Dirce Suertegarav*

View metadata, citation and similar papers at core.ac.uk

brought to you by  CORE

provided by Directory of Op

Geosul - Iniciamos fazendo uma pergunta que é sempre de muito agrado para os nossos leitores, que é pedindo para você falar um pouco da sua vida, nascimento, infância e juventude.

Dirce - Eu sou filha da campanha do Rio Grande do Sul. O local onde eu nasci é Quaraí, na fronteira com o Uruguai. A gente costuma dizer lá no Rio Grande do Sul que nasci nas barrancas, não do rio Uruguai, mas do rio Quaraí, que é o rio que faz a fronteira do Rio Grande do Sul com o Departamento de Artigas no Uruguai. Eu sou filha de comerciante, ainda que tenha nascido no campo. Meu pai possuía lá onde eu nasci, um armazém de secos e molhados, que tinha desde chapéu, passando por arroz, açúcar, fumo de corda, cachaça, salame, tecido para bombacha, abajur. Vivi lá até os oito anos e esse lugar bate muito em mim, porque é o lugar das antigas charqueadas. A região que eu nasci no Município de Quaraí se chama Saladeiro, que significa charqueada. Ali existia a fazenda São Carlos, um dos grandes saladeiros, onde da carne era feito o charque e vendido para o Uruguai. Este saladeiro fechou nos anos 30. Depois fomos morar na cidade de Quaraí e, passado um tempo em Artigas. Meu pai fechou o comércio no Brasil e foi ser comerciante no Uruguai. Nós temos uma ligação de origem com o Uruguai, meu avô era uruguaio, parte dos irmãos de meu pai são uruguaio. Na fronteira, em geral, tem-se esse hábito, na verdade lá não existe fronteira, a gente vive ora do lado de cá (Brasil), ora do lado lá (Uruguai). Então, eu vivi, por conta de meu pai ter assumido um comércio no Uruguai, dois anos em Artigas,

* Entrevista realizada em maio de 2001, durante a XXII Semana de Geografia-UFSC, com a participação das professoras Maria Dolores Buss, Sandra Maria de Arruda Furtado, Luiz Fernando Scheibe. Transcrição e adaptação para edição pela professora Sandra Furtado. Texto revisado e autorizado pela entrevistada (suerte.ez@terra.com.br).

Geosul, Florianópolis, v.16, n.32, p 167-192, jul./dez. 2001

dos 9 aos 11 anos. Por um tempo meu pai foi comerciante e depois arrendou um campo e foi ser produtor de leite, tinha tambo¹ de vaca holandesa. Fiz o primário e o ginásio em Quaraí; sempre em escola pública. No segundo grau - considerando que Quaraí é uma cidade bastante pequena, até hoje tem em torno de 23 mil habitantes e está regredindo em termos de população pelo censo do IBGE – tive de sair com 15 anos para estudar fora. Naquela época poderia escolher entre científico, clássico e normal, fiz a opção pela escola normal, cursei um ano e meio de escola normal em Uruguaiana na Escola Elisa Valls. Neste momento eu já me preparava para fazer uma faculdade e sempre quis ser professora. Primeiro ser professora, depois ensinar o quê?! E em Uruguaiana, foi exatamente uma professora que também tinha o meu nome, professora Dirce que dava aula de história e geografia que me fez ter mais gosto pela geografia. Eu já tinha um certo gosto pela disciplina desde o ginásio: a minha professora contava aquelas viagens para Minas e Ouro Preto, que parece que era o lugar mais longe que iam na época. Eu ficava viajando com ela e gostava muito. Depois a D. Dirce, fez-me gostar mais de geografia e eu comecei a pensar na possibilidade de ser professora, mas não primária; e na possibilidade de ir fazer a universidade. Foi quando voltei numas férias para casa e disse que gostaria de fazer faculdade e o único caminho seria ir para um outro lugar, que para nós que vivíamos na fronteira, seria Santa Maria, pretendia estudar na Universidade Federal de Santa Maria. Então, com 16 anos eu mudei-me. Terminei a escola normal em Santa Maria, na escola pública Instituto Olavo Bilac. Em 1969 prestei vestibular na Universidade Federal de Santa Maria e passei para Curso de Geografia. Na época só tinha licenciatura. Formei-me e me dediquei à profissão de professora, eu nunca fiz o bacharelado. Portanto, eu não sou bacharel em geografia, mas sim professora de geografia.

¹ Termo regional para estabelecimento de pequena produção leiteira.

Geosul - E começou a universidade em que ano?

Dirce - Eu terminei a escola normal em 1968 e ingressei na universidade em 1969 e terminei em 1972. E é importante colocar que eu vivi o período de total fechamento da universidade. Peguei todo aquele período pós atos institucionais. Para mim foi muito complicado e de certa forma alienante. Eu estudei nas escolas públicas lá da minha cidade e, por incrível que pareça, com 11 anos eu já comecei a ter uma prática de política estudantil. Eu me lembro que a gente já ia a assembléia da União dos Estudantes Gaúchos, que tinha uma organização forte, e essas reuniões eram feitas no cinema da minha cidade. Reunia uma quantidade grande de jovens e crianças, eu diria, porque com 11 anos... Mas a gente participava deste movimento e já fazia passeatas; era o período da legalidade. A gente vinha neste processo. Em 64 eu estava na quarta série do ginásio e me lembro que aconteceu um fato que só vim a entender bem depois. Dois fatos marcaram o momento quando ocorreu o golpe e a ditadura militar. Nós tínhamos uma carteirinha estudantil que era da União dos Estudantes Gaúchos, nela tinha um desenho no verso que eu sempre enxerguei como um lavrador com uma foice. Muito tempo depois eu fiquei sabendo que tinha outra maneira de olhar e que era a figura do Che. Eu não sei se isso era verdade. Mas o que me chocou muito é que essa carteira estudantil foi apreendida em 64. Depois eu vim entender o motivo. Na época a gente era adolescente; sabíamos o que estávamos vivendo, mas não entendíamos muito. Outra coisa que me marcou foi o ano de 1961, com a legalidade. A partir daí o movimento estudantil foi ficando cada vez menor e, em 64, ocorre maior repressão. Ocorre a prisão de pais de colegas. Isto numa cidade pequena é particularmente complicado. Eu não conseguia entender muito a lógica das coisas, até porque a posição política da minha família era outra: meu pai é originário do Partido Libertador (maragato). Desde 1964 ficou um vazio político, no pior período da ditadura militar cursei geografia na Universidade Federal de Santa Maria. E lá nada, absolutamente, se ouvia falar. Disto resulta outra coisa que eu considero significativa na minha vida pessoal e

profissional. Eu passei por um curso de geografia que, absolutamente, ensinava uma geografia descritiva, banal, digamos, sem nenhuma discussão, ou construção política ou engajamento social. No final do meu curso é que começou a emergir alguma discussão por conta da reorganização dos diretórios acadêmicos no sentido de revigorar a política, aí por 72. Então me formei e, seis meses depois, fui dar aulas na atual UNIJUÍ, antiga FIDENE, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí, no curso de geografia. Trabalhei num departamento que era interdisciplinar. Nele trabalhavam o Frei Mathias Mário Osório Marques, o Dinarte Belatto, a Helena Callai, o Jaime Callai, o Danilo Lazarotto, além do José Miguel Rasia que era de outro departamento: era um grupo interdisciplinar, nomes de várias áreas, educação, filosofia, economia, antropologia, história e geografia. Esse grupo era muito jovem, na época, na maioria na da faixa dos 22 até os 30 anos. Era um grupo que estudava. O que aconteceu foi o seguinte: eu entrei lá como uma página em branco do ponto de vista da discussão dos teóricos da leitura da realidade social. E esse grupo fazia parte de uma instituição que, naquela época, tinha uma característica: ser crítica. Esse grupo, nas reuniões de departamento, selecionava textos dos clássicos da filosofia, da antropologia, da sociologia e a gente tinha que ler e fazer uma discussão no coletivo. Lá, então, foi a minha segunda universidade. Tive toda essa leitura social e lá eu li Conte, Max Weber, Marx e Engels, enfim, tantos outros que começaram a modificar a minha maneira de ver o mundo. E lá eu entrei em crise com a minha geomorfologia.

Geosul - Mas lá você já tinha uma identidade com a geomorfologia?

Dirce - Eu terminei meu curso na UFSM e, nessa universidade, a força da geografia dita física, especialmente a geomorfologia, por conta do professor Ivo Lauro Müller Filho, um brilhante professor de geomorfologia, era muito grande. E me apaixonei pela geomorfologia. Ao chegar na UNIJUÍ fui dar aula de Cartografia e Geografia Física, só que convivia com um departamento que me estimulava a ler os clássicos que faziam a discussão social do

mundo; entrei em confusão, porque aquilo para mim era uma descoberta. Eu sequer havia ouvido falar em Kant, Engels, Marx... Aí bagunçou a minha geomorfologia. Já estávamos na metade dos anos 70 e comecei a questionar se deveria prosseguir o meu caminho anteriormente definido e vir a ser uma geomorfóloga, ou abandonar tudo e seguir a geografia humana. Isso perdurou pelo tempo em que fiquei lá. Só que, como trabalhava com a geografia física, a FIDENE, que tinha uma política de aperfeiçoamento pessoal, em 77 me abriu a possibilidade de sair para o mestrado, mas para a área física que era a demanda da instituição. Saí e fiz o mestrado. Ainda que a dissertação tenha ficado mais na gaveta, ou na prateleira do que divulgada, tratava da questão da erosão do solo em decorrência da ocupação das encostas do Rio Grande do Sul em zonas de colonização e pequena propriedade. Fiz essa leitura numa bacia hidrográfica da escarpa mais a oeste do planalto, a bacia do rio Toropi.

Geosul - Onde você fez o mestrado?

Dirce - Na USP, com orientação do professor Christofolletti, da mesma forma o doutorado com a orientação do professor Adílson Avanci de Abreu. Quando voltei do mestrado, surgiu a oportunidade de dar aula na Universidade de Santa Maria, que também coincidiu com o fato de estar casada e meu marido ir estudar em Santa Maria. Eu morava em Santa Maria, mas continuava a dar aula em Ijuí, naquele vai e vem da estrada! Mas aí, como eu estava em Santa Maria, surgiu a oportunidade de ser contratada como professor colaborador na UFSM. Lá não dei aula de geomorfologia, mas de Teoria e Método em Geografia. Em 80 fiz concurso e fiquei professora efetiva da UFSM. Em 83, por conta do fato da mulher ter que acompanhar o marido, que se forma e vai para Porto Alegre, precisei deixar Santa Maria. Então, me liberei em Santa Maria para o doutorado. Nesse período o meu conflito ainda era maior. Eu pensava: será que devo fazer doutorado na área de geomorfologia, ou devo fazer em geografia humana? Até porque eu dava muito mais aulas vinculadas à área humana: cheguei a dar aula de geografia urbana. Aí fui prática e

pensei que eu tinha toda uma formação e um conhecimento muito maior na área física, e não devia descartar isto e me colocar em um outro caminho. Para mim era mais fácil, sempre achei os estudos humanos muito mais complexos do que os da natureza. Mas sempre buscava a interface, porque não mais conseguia sair da busca desta articulação, que acaba se refletindo no meu trabalho até hoje: esta preocupação com a dimensão social. Eu diria que de lá para cá, não sei mais se sou uma geomorfóloga, também não estou preocupada em ser chamada assim. Eu tenho três grandes pilares que alicerçam minha geografia: de um lado, a geomorfologia, ou os estudos da natureza; de outro, a educação, contribuir com a sala de aula; e o terceiro é a epistemologia da geografia. Acho que sem o aprofundamento teórico a gente perde a consistência analítica. Eu transito por estas três dimensões: natureza, educação e epistemologia.

Geosul - O seu engajamento com a AGB se dá em Santa Maria ou só depois em Porto Alegre? Gostaríamos também que comentasse o quadro geral da geografia desse período.

Dirce - Eu me tornei sócia da AGB quando ela foi criada em 1973. Então sou sócia fundadora da seção da AGB em Porto Alegre. Quando eu era estudante, nunca ouvi falar em AGB. Vim saber da AGB através de um convite feito aos geógrafos da UNIJUÍ, em 1973. Para essa atividade a UNIJUÍ financiou a minha ida e a da Helena Callai, que era a outra professora de geografia do departamento, para participar de um curso que foi oferecido pela professora Lívia de Oliveira em comemoração à abertura da seção Porto Alegre. Foi aí que, junto com a Helena, tornei-me sócia da AGB Porto Alegre. Até 83, quando vim morar em Porto Alegre, eu só participava de longe da AGB, recebia os boletins. Nesta época já estavam começando a surgir reuniões de professores, os encontros de geografia hoje. Engajei-me mais diretamente quando fui para Porto Alegre. Em 84 participei, colaborando com a gestão da Neiva Schaeffer. Depois da Neiva, foi diretora da AGB local a professora Espiridina. Nesta gestão fui secretária e aí comecei o trabalho mais direto na AGB. Começo a exercer uma atividade

junto à diretoria e, geralmente, era delegada local nas gestões coletivas, neste período começou o meu engajamento com a AGB nacional. Em 88, fui ao meu segundo encontro nacional; Antes eu só tinha participado do encontro nacional realizado em 82 em Porto Alegre, 78 eu não participei. Em 88, já por conta da minha atuação junto à AGB Porto Alegre, fui chamada a compor a chapa como segunda secretária na gestão da Arlete M. Rodrigues. Depois desta gestão, no encontro nacional de Salvador assumiu o professor Armando C. da Silva. Fiquei fora da diretoria nacional, sempre colaborando com as atividades no Rio Grande do Sul. Até que chegou 92, e ocorreu um vazio na AGB: um problema! Em Presidente Prudente discutiu-se a reeleição, ou não do professor Armando. Acabou não acontecendo a reeleição e não tínhamos chapa até quase o final da plenária. Fui então chamada da assembléia para, em baixo de uma árvore que tinha no pátio, ser convidada a assumir pelo menos um cargo, considerando que, como professora universitária, poderia exercer a tarefa de articulação com os órgãos de fomento. Então, em nome disso assumi mais dois anos na diretoria do Zeno para fazer este trânsito entre os órgãos de fomento e a AGB. Em 94 em Curitiba, estava terminando esta diretoria e resolvi que estava com missão cumprida com a AGB nacional, já que tinha participado de uma gestão local e duas nacionais. Sendo vice-presidente na gestão do Zeno, considerava que a minha tarefa já estava pronta. Passei um tempo afastada e vim para Florianópolis (2000) para rever meus amigos, conversar um pouco sobre geografia e aí aconteceu que fui chamada, quase que no apagar das luzes, para compor uma chapa. Pensei: como me desliguei de uma série de atividades burocráticas na UFRGS e como é necessário que a gente responda à associação, vou assumir nestes dois anos a presidência da AGB, para retribuir parte do que AGB nos proporciona. Porque eu não tenho dúvidas que, se temos visibilidade nacional, temos a partir da AGB. É a associação que permite a visibilidade da geografia. Este período que conflituoso para a geografia. Ele demarcou diferentes

geografias. O embate foi profundo, difícil, deixou seqüelas, mas avançamos.

Geosul - Gostaríamos que você fizesse uma análise de como vê a geografia, passando pelo Conselho Nacional de Geografia, pelos departamentos, a AGB...

Dirce - Hoje de manhã eu fiz um pouco disso, tentei expor a minha leitura histórica da geografia no Brasil. Tem um momento da história deste país no século XX que eu não vivi – o professor Carlos Augusto diz que viveu quase todo o século, mas eu vivi de 50 para cá. Então, para reconstruir a história da geografia neste período, reli todas aquelas entrevistas publicadas pela Geosul. Havia dois caminhos para pensar a geografia no Brasil no século XX. Fazer um levantamento analítico árduo de toda a produção brasileira e do que fizeram os geógrafos – o que exige tempo longo -, ou trabalhar a partir dos depoimentos daqueles que viveram a geografia desse período e, então, fazer uma outra leitura. Foi esta a minha intenção. Assim, eu consegui visualizar três períodos que caracterizam a geografia brasileira; o terceiro, eu subdividi em dois, devido às transformações do mundo, da ciência e da política, a partir dos anos 90. Penso que essas transformações promovem momentos diferentes para a geografia. Resumidamente acho que do início do século, basicamente dos anos 30 até os anos 60, a geografia brasileira tinha uma característica que era centrada em trabalhos com uma vinculação política com o estado ou com o poder executivo: o trabalho da geografia era para o reconhecimento do território nacional, para a demarcação do território nacional. Do meu ponto de vista, a escala em que trabalhavam os geógrafos, era nacional e regional. Se bem que, para trabalhar na escala nacional, o primeiro trabalho feito pelo IBGE foi o mapeamento do Brasil ao milionésimo que foi feito a partir da escala municipal, mas visando a escala nacional. O segundo momento é o do pós-guerra, ou a partir do início dos anos 60, que coincide com o golpe militar, ou a ditadura. Neste momento, nós temos várias coisas acontecendo, de um lado a questão política, de outro lado, aquilo que o professor Orlando Valverde faz referência na entrevista dada à Geosul, ou

seja, as transformações na perspectiva de gestão do território. Segundo ele, nesse período, o IBGE se mantém, consegue sobreviver; o IBGE sobrevive, mas os geógrafos lá dentro não sobrevivem. E o professor Carlos Augusto confirma quando diz: foi o momento em que saí do IBGE, os geógrafos do IBGE realizaram nesta fase, entre outros trabalhos, subsídios à regionalização, porque quem faria a regionalização seriam os economistas. Isso é simbólico, porque mostra a mudança do fazer geográfico nesse período. O conhecimento do espaço brasileiro neste momento deixa de ser produzido diretamente pelo profissional da geografia, como na fase anterior para ser repassado a um outro profissional, o economista. Por conta disso, muda também a ótica da geografia: se é subsídio, valoriza-se a descrição numérica, descomprometida. E quem sabe por isso, a introdução da geografia quantitativa, nos estudos de planejamento regional, das cidades e das redes funcionais. Cabia ao geógrafo dar subsídios, elementos, descomprometidos da análise.

Geosul - É interessante. Porque pode também ter sido uma exigência dos economistas, no sentido de fornecer dados que fossem quantificáveis por eles, de uma forma mais clara. Que tem a ver também com todo um período tecnocrático que a sociedade vivia.

Dirce - Esse é um esforço de compreensão que eu venho fazendo com os estudos referentes à epistemologia da geografia e tentar fazer a leitura da geografia na construção da realidade, do mundo. Nós não somos produto de nós mesmos. Nós somos produtos do movimento social, do movimento científico, político. Não podemos dissociar-nos disso, sob pena de não nos entendermos mais. Eu procuro, através da geografia meu próprio entendimento.

Geosul - É a geografia na construção do mundo e o mundo na construção da geografia.

Dirce - É assim como dizer, também, a geografia no contexto da ciência e a ciência no contexto da geografia. Retornando, o terceiro momento é nos anos 70, mas com o marco em 78. O movimento de 78 é o símbolo. E na minha leitura, 78 é a transformação interna da

AGB. Para alguns, a democratização da AGB, para outros a transformação na organização da AGB: a entrada dos alunos, a possibilidade deles votarem, o esfacelamento daquela hierarquia de mérito. Eu analiso um pouco diferente, talvez pelo fato de não ter estado em 78 no foco da questão. Então não vivi aquilo que para muitos geógrafos foi uma agressão pessoal. Vivi a leitura disso, as conseqüências disso. E para mim, as conseqüências não foram negativas. Eu visualizo uma transformação teórico-metodológica a partir de 78, uma transformação da AGB. A partir da minha instituição eu posso dizer que 78 influenciou os rumos da geografia em nossos departamentos. No Rio Grande do Sul isto aconteceu. Mudou a geografia que se fazia e essa mudança foi por conta desse movimento que eclodiu dentro da AGB. Até porque muitos destes estudantes e jovens profissionais que fizeram esse movimento de 78, tornaram-se professores dos departamentos nos anos 80. Então, esse movimento contribuiu, mesmo que se diga que ele esteja na origem centrado numa geografia crítica de perspectiva materialista histórica, e que esta análise tenha sido utilizada para negar o estudo da dinâmica da natureza na análise geográfica. Eu concordo com isto. Mas eu também vejo, neste momento, um acréscimo na discussão de como nós na geografia podemos compreender a relação natureza e sociedade, para além da idéia naturalizada do homem. A geografia crítica contribuiu com a reflexão sobre a socialização da natureza e da compreensão do homem como vivendo num contexto de relações econômico-sociais que produzem uma forma específica de produção e de degradação. A questão ambiental pensada politicamente, por exemplo, é uma contribuição que, para mim e para muitos dos geógrafos brasileiros, associa-se ao advento da geografia crítica.

Geosul - Na leitura que você fez agora, você sente por parte de alguns autores mágoa dos geógrafos antigos pelo que aconteceu em 78? Porque os mais antigos saíram da AGB.

Dirce - Nas entrevistas que li, sua maioria, eu não sinto isto. Mas eu convivo com vários geógrafos, tanto nos encontros da AGB, quanto nos de geografia física, e a discussão da AGB está sempre

posta, seja nos encontros de geografia humana, como nos de geografia física. Nos encontros de geografia física aplicada e de geomorfologia, vê-se que os geógrafos físicos se distanciaram e constituíram outros fóruns. Entretanto a AGB e ano de 78 estão sempre presentes. As leituras deste período são as mais diferentes. Portanto, costumo dizer que tivemos conflitos, 1978 marcou, magoou, porém é perceptível que a AGB é a associação dos geógrafos, tanto para aqueles que participam, quanto para aqueles que se retiraram. Há uma intenção latente de retorno. Isto é muito salutar.

Geosul - No encontro de 2000 aqui em Florianópolis eu quase cheguei a pensar que havia terminado esta separação, porque quase todos os mais antigos estavam aqui.

Dirce - Eu acho que os geógrafos mais antigos que participavam antes da AGB, são convidados e estão presentes, mas existe ainda um grupo que trabalha com a geografia física e da natureza que ainda não se aproximou da AGB. Isto ficou agora evidente no encontro de geomorfologia. Como eu cheguei no encontro como presidente da AGB, os meus colegas da geomorfologia me cumprimentavam satisfeitos por eu ser representante da geografia física na AGB e muitos me falaram em uma possibilidade de reaproximação. E até falaram: agora nós vamos voltar a ser sócios da AGB, evidentemente que não pela minha pessoa, mas porque a AGB retorna a reconhecer a geografia física. Existe um certo simbolismo aí. Muito embora eu nunca me afastei da AGB e nunca senti, nas diferentes diretorias que participei, essa repulsa à geografia física. Só me lembro de um fato, que foi uma brincadeira da Vanda Salles, numa das primeiras gestões coletivas que eu fui. Depois de falar que eu era de Porto Alegre e que trabalhava com geomorfologia, ela disse: E o quê estás fazendo aqui se tu és da geografia física? E respondi: Em Porto Alegre a gente consegue ser diretora independente da área. Aí ela falou que era brincadeira e que ela também era da geografia física. Minha história de produção acadêmica começou depois de 78, e eu nunca me senti negada naquilo que estava produzindo. Eu até entendo os mais antigos,

porque eles vinham numa produção, acreditando no que estavam fazendo e de repente alguém diz que não é isto. É complicado! Têm colegas do Rio de Janeiro, de São Paulo, entre outros lugares que ainda têm esta preocupação e que ainda não participam da AGB.

Geosul - Será que também não têm questões políticas ideológicas ?

Dirce - Tem, exatamente, porque esta foi a discussão feita naquele período. A discussão está expressa em alguns textos escritos neste momento. Em alguns deles aparece, literalmente, que os geógrafos físicos são vinculados ao positivismo, ao neo-positivismo e estão atrelados ao *status quo*, falam dos new boys da geografia, atrelados à quantificação. Houve, realmente, uma crítica escrita que marcou. Portanto, existiu esta crítica de perspectiva política. Vincularam-se os geógrafos que trabalhavam com método positivista ou neo-positivista, ao *status-quo*. Este é um momento da geografia brasileira extremamente complexo. Nós geógrafos deveríamos trabalhar mais sobre este período, procurando resgatar o sentido de todas essas coisas nas nossas histórias e na história da nossa geografia.

Geosul - Isto revela uma tendência maniqueísta, da gente separar as pessoas em boas e más. É uma coisa que está sempre presente: não fez tal coisa, então ele não presta. É uma idéia romântica da gente achar que as pessoas podem ser perfeitas, e se o cara é imperfeito em alguma coisa, então não tem mais vez. É uma falta de aceitação da falha dos outros. Assim como naquele tempo houve toda esta crítica aos positivistas. Os próprios positivistas também não receberam esta crítica pensando no que levava estas pessoas a fazerem estas afirmações.

Dirce - A gente tá vivendo hoje uma situação semelhante. Numa outra questão...

Geosul - Por exemplo, você trabalha com meio ambiente, então você não está fazendo geografia socialmente correta, ou vice-versa. Mas voltando ao movimento de 78...

Dirce - Então, o período pós 78 talvez possa ser lido de duas formas. Tivemos uma geografia que se construiu com uma

visibilidade até os anos 90. Dos anos 90 para cá, a geografia vem sofrendo uma outra mudança, por conta das transformações do mundo, do próprio mundo do trabalho uma influência em maior, ou menor grau em quase todos os departamentos de geografia do país. Este foi o primeiro momento, a construção da geografia crítica. Esta foi, nesse período, predominantemente, de perspectiva de análise materialista histórica e tinha como indicativo o engajamento social de geógrafos em vários movimentos sociais: ambientalista, agrário, sem terra, extrativista, etc. Este período produziu uma nova leitura do território, mas, também, produziu novas territorialidades. Eu acredito que o trabalho desses geógrafos críticos está demarcando novas dimensões territoriais, a partir dos movimentos sociais em que estão engajados. Mas observo, também, que a partir dos anos 90, modifica-se o quadro sócio-político brasileiro e isso coloca outras questões para a geografia. Desde os anos 50 já vinha se discutindo a questão ambiental, essa discussão se ampliou depois da Constituição de 88. Prolifera-se a legislação sobre meio ambiente e os diagnósticos ambientais, os EIAS-RIMAS. Esta emergência está vinculada àquilo que o Estado estabelece como regras de controle da natureza, mas ao mesmo tempo se implanta no país uma política de enxugamento do Estado, ou o Estado mínimo. Então, todas essas responsabilidades passam a ser da iniciativa privada. Ou as coisas são privatizadas, ou são de responsabilidade sociedade civil. Com isto muda a atividade dos geógrafos no Brasil. A atividade que era, na primeira fase, centrada no Estado, na segunda fase tende, devido ao desmonte da estrutura do estado, a ser repassada aos setores sociais e/ou privados. Os geógrafos hoje, como diz o Carlos Walter, não estão mais delimitando o território só do rei. Antes era só do rei e do Estado. Hoje os geógrafos estão envolvidos com a delimitação de outros territórios que não o do rei, mas de outros movimentos. Mas também delimitam o território do rei, quando fazem diagnósticos, estudos de impactos. Alguns podem até estar delimitando os do não rei, mas também delimitam o do rei, quando, por exemplo, fazem estudos para implantação de hidrelétricas e justificam a

retirada dos ribeirinhos. Por outro lado, temos, também, a ascensão também do trabalho dos geógrafos no contexto deste novo mapa político do país, que se faz a partir do local, porque na verdade as oposições vêm ganhando espaço de gestão, muito mais a partir do local, do que do estadual ou nacional. Esta nova forma de gestão promove uma demanda muito grande para a geografia. Eu não sei se isto acontece aqui em Santa Catarina, mas no Rio Grande do Sul isto é expressivo, em São Paulo também, assim como no Nordeste. Hoje, a demanda de nossos alunos para estágios nas secretarias de prefeituras e no estado é muito grande. E aí eu fico pensando, se isto dos geógrafos serem secretários, funcionários e até prefeitos não têm a ver com o movimento de 78? Toda essa transformação levou a um engajamento maior, fez com que muitos se tornassem políticos. Para mim, esta é uma questão. Torna-se cada vez mais visível esta prática. Temos prefeitos em São Paulo, em Mato Grosso, em Pernambuco, temos vereadores... O que eu vejo é que a partir dos anos 90 há uma reconstrução do mundo do trabalho e, com isto, uma reconstrução da atividade dos geógrafos. Não perdemos aquele nosso caráter anterior, de trabalhar e delimitar o território para o estado, só que como existe todo um rearranjo territorial, que por um lado passa pelos reis antigos e, de outro pelas novas territorialidades dos movimentos sociais, amplia-se a demanda pelo trabalho dos geógrafos. Eu faço essa leitura. A geografia, hoje, é de uma pluralidade temática. A geografia até os anos 90 se propunha a fazer análise territorial, espacial, trabalhou-se muito com o conceito do professor Milton Santos de formação sócio-espacial. A partir dos anos 90 o trabalho da geografia se pluralizou. A gente começa a ver os trabalhos dos geógrafos direcionando-se, em parte, para o tema da exclusão social, da fome, das diferenças culturais, étnicas, religiosas, que são questões que emergem, hoje, e que configuram as preocupações atuais. Todas essas questões precisam ser pensadas, também, epistemologicamente.

Geosul - Como você vê a geografia em relação à questão ambiental? E como você vê esta junção entre geografia e meio ambiente?

Dirce - Recentemente, escrevi um texto que está publicado se Espaço Geográfico Uno Múltiplo, que resolveu o meu problema existencial com a geografia, pelo menos por enquanto. Então, como é que eu resolvi: compartilho a idéia de tratar o ambiental como uma questão. Do ponto de vista conceitual, eu penso da seguinte maneira, até um pouco diferente de muito dos meus colegas. O espaço geográfico para mim é o conceito balizador da geografia, o conceito maior, e ele muda ao longo do tempo, por conta da mudança objetiva e conceitual de quatro categorias que nós trabalhamos: natureza, sociedade, espaço e tempo. Acho que o espaço geográfico, ao longo da história, é uma reconstrução destas quatro formas de pensar, por isso que é, ora a morada do homem, ora a descrição da Terra. Agora, como eu analiso o espaço geográfico? Ele é tão amplo que é tudo. Se a gente pegar o conceito do professor Milton Santos que diz que o espaço geográfico é um conjunto indissociável de um sistema de objetos e um sistema de ações, é tudo! Eu fico pensando que enquanto geógrafos, nós precisamos de coisas mais operacionais. Aí eu tenho um conjunto de conceitos que resolvi chamar por minha conta, e sou responsável por isso, de conceitos operacionais na geografia. E quais são estes conceitos? Paisagem, território, região, lugar, rede, ambiente, entre outros. Por que operacionais? Porque cada um destes conceitos me permite fazer a leitura do espaço geográfico privilegiando uma dimensão. Então, quando vou estudar o espaço geográfico a partir da leitura da paisagem, eu vou privilegiar determinadas coisas em detrimento de outras, por exemplo, a cultura, como hoje está se enfatizando. Posso privilegiar a natureza, como no passado, ou posso privilegiar a economia, a exemplo das regiões econômicas. Mas enfim, eu estou privilegiando alguma coisa. Se eu privilegiar região, posso enfatizar a economia, ou a política. Se eu pensar em território, eu vou privilegiar a dimensão política, pois este termo está sempre

associado à dimensão do poder. Mais recentemente, a geografia vem trabalhando com o conceito de territorialidades. Este diz respeito à apropriação social do espaço, que é diferente daquela noção antiga do conceito clássico de território, mas está vinculado a um certo poder por um determinado segmento social. Ao utilizá-lo, vou enfatizar questões como a territorialidade das drogas, a territorialidade dos feirantes, enfim, várias territorialidades... Se eu pensar no lugar, eu posso pensar, por exemplo, da forma que o professor Milton Santos propõe, que é entendê-lo enquanto relação do local com o global e mostrar que o lugar é uma construção de influência e da resistência a estas construções. Mas posso pensar o lugar do ponto de vista da fenomenologia, como o significado que ele tem para cada um de nós, do ponto de vista das nossas topofobias ou não, nossos gostos e nossos desgostos. E sobre o conceito de ambiente? Este conceito significa a relação do ser com o entorno. Nós na geografia pensamos o ser homem, ou o ser social, com o seu entorno, neste caso não pensamos só na natureza, incluímos nele a natureza, os objetos produzidos a partir dela e as ações de produção. Quando estudamos estas relações, estamos fazendo uma leitura do espaço geográfico. Ou seja, pretendemos entender as derivações das práticas humanas em seu entorno. Eu quero com isso dizer que o espaço geográfico é um conceito amplo e que nós temos categorias analíticas que nos permitem fazer leituras específicas. Eu uso a seguinte metáfora para entender o espaço geográfico: o disco de Newton, ou o disco das cores. Então, eu imagino que o espaço geográfico seja este disco, cada fração é uma cor, e o espaço geográfico é o disco em movimento, portanto é branco. Quando eu uso um destes conceitos para focar o espaço geográfico, então eu faço uma leitura a partir de uma dimensão. Essa é a maneira como eu resolvi um pouco esta questão. Então, o ambiente é para mim, uma perspectiva de leitura do espaço geográfico, que significa compreender o ser no entorno. Isto para mim resolveu um problema das nossas divergências, ou seja, a compartimentação de natureza e sociedade. Cada um destes conceitos implica, em maior ou menor grau, em trabalhar com as

quatro categorias: natureza, sociedade, tempo e espaço. Acho que ninguém de nós consegue fugir a estas quatro categorias. Mas esta é uma questão para ser discutida.

Geosul - Quando você falou em paisagem, se referiu ao conceito novo e antigo deste termo. No conceito antigo, pensando por exemplo nas formas de relevo, a sociedade não é abordada neste estudo. Para você isto é geografia?

Dirce - Do ponto de vista do meu conhecimento da leitura da geografia física, e o texto de Troll expressa isso, nós temos possibilidade de entender a paisagem de duas formas: paisagem natural, ou paisagem cultural. Os geógrafos físicos lidaram muito com a idéia de paisagem natural. Eu, inclusive, usei na minha tese este conceito de paisagem natural, porque não trabalho com a idéia de sistema, eu prefiro usar o conceito de paisagem. A busca da compreensão da natureza pela perspectiva sistêmica não é o meu caminho; então, prefiro usar o conceito de paisagem. Eu acho que este conceito é possível, ainda, de ser utilizado, embora tenhamos que discutir se as paisagens são naturais, no sentido primitivo. Eu me pergunto: será que nós temos hoje paisagens naturais para fazer esta divisão? Ou são paisagens, onde eu vou lidar com a dimensão da natureza?

Geosul - Mas aí se lida com escalas de tempo diferentes. Se você vai estudar a formação de um determinado relevo e como aquilo se constituiu, vai estar trabalhando em uma determinada escala de tempo, onde a sociedade é descartada nesse processo, porque ela não tem influência na sua construção.

Dirce - Eu concordo contigo na escala de tempo geológico. Esta é a discussão dos geólogos que não aceitam a interferência do homem.

Geosul - Não aceitavam.

Dirce - É, agora estão aceitando mais. Muitos ainda continuam não aceitando.

Geosul - Parece agora que têm uma pequena fração de geólogos que estão aceitando trabalhar com o homem, e dentro da geografia

tem uma grande quantidade de geógrafos que não aceitam mais esta geografia em que a sociedade não está diretamente envolvida.

Dirce - Eu concordo, ainda, que se pode usar o tempo geológico na construção de paisagens “naturais”. Considero importante, como parâmetro, o tempo longo.

Geosul - Por exemplo, a influência do homem na construção dos Andes pode ser considerada como absolutamente irrelevante. Aí você vai olhar os Andes como paisagem natural, mesmo que já tenha uma estrada que corte a cordilheira. Então existe uma leitura de grandes traços da paisagem, porque o homem não ocasionou modificações suficientes, de grande porte, para dizer que esta paisagem esta descaracterizada em seus aspectos naturais pela ação do homem. O fato do homem ter estado lá, é mínimo, em relação aquela grande paisagem. E aquela paisagem tem muito mais influência sobre o homem, do que o homem sobre ela.

Dirce - Pensando sob esta ótica, sim, é possível abolir desta construção a escala humana, porque o tempo é representado em outra escala. Porém, se eu parto do pressuposto que geografia é o estudo do espaço geográfico e que este pressupõe o estudo das relações natureza/sociedade, eu vou precisar ter embutida na análise da paisagem, a compreensão destas mediações. O homem, na sua escala de tempo e de espaço, não interferiu na construção dos Andes, mas os Andes e a sua dinâmica exercem influência nos povos que ali habitam. O que interessa quando se lida com a questão é que se explicita esta relação, as mediações.

Geosul - E por que você diz que não trabalha com sistemas?

Dirce - Não é o meu método. Aí vai um pouco da minha história. Eu tenho uma formação vinculada a um grupo de ciências sociais. Eu tenho uma leitura do materialismo histórico, que me transformou a partir dos anos 70, que eu vivi em Ijuí. Quando eu fiz o doutorado, lembro que li *Ideologia Alemã* e, uma das coisas que me chamou a atenção é aquela famosa frase que diz: “existe uma única ciência, a história.” Então, ou se faz a história da natureza, ou se faz a história da sociedade. Se a gente faz a história da sociedade, temos que contar a história da apropriação da

natureza pelo homem, a partir de sua forma de organização social. Esta idéia, no Ideologia Alemã me chamou muita atenção. Então, eu diria que a construção da minha dissertação está centrada, não na teoria materialista histórica, até porque é geomorfologia em primeira mão, mas na sua filosofia. A partir do instrumental que a geomorfologia me ofereceu, incorporo o processo histórico como método. Na verdade, eu sou uma construção da modernidade ainda, eu não consigo me liberar da história, do processo histórico, de compreender as coisas ao longo do tempo. Esse é o meu método, eu sou uma historicista, ainda que isto, na pós-modernidade, esteja sendo colocado por terra. E aí, na construção do doutorado, eu faço isso. Em um primeiro momento, eu reconstruo a história da natureza, ou a formação da paleo-paisagem, que chamei de paisagem natural, porque, neste momento, não tinha a interferência dos homens. Em um segundo momento, eu conto como esta natureza é apropriada quando começam as lutas pela terra e a expansão do território brasileiro. Enfim, faço uma leitura de como a paisagem natural se incorpora à construção territorial. Nesta etapa, eu substituo o uso do conceito de paisagem pelo conceito de território, concebido quanto a sua apropriação. Neste mesmo processo de construção, faço uma leitura e reavaliação do método sistêmico. Realmente, até hoje, eu não o utilizo. Acho que esse método tem como benefício de mostrar a inter-relação entre as coisas, o que é fundamental no mundo de hoje. Mas isto não é uma expressão só do sistemismo. Paisagem é uma forma de compreender também as relações. Eu me distanciei da análise sistêmica, porque eu sempre fiz a leitura desta como alguma coisa que tende sempre a explicar a funcionalidade, a relação como as coisas funcionam e nunca porque funcionam. Minha preocupação sempre é entender porque funcionam. Para responder o por quê, ninguém ainda me convenceu da não necessidade do processo histórico. Se alguém me convencer disso, Morin está contribuindo neste sentido, quem sabe eu venha falar em sistema.

Geosul - Não entendo porque você, fazendo está relação de causas e efeitos, precisa negar o processo histórico. Se pode interpretar o

processo sistêmico como girando em espiral, ou que vai evoluindo ao longo do tempo.

Dirce - Parece que esta é a evolução da teoria sistêmica. Mas de qualquer forma, ainda, enfatiza estas relações mais cíclicas, do que em espiral, eu prefiro trabalhar com outros conceitos. Eu prefiro falar de um processo histórico e de trabalhar diacronicamente, como diz a história, e fazer alguns cortes sincronicamente, que seria a busca de compreensão desta funcionalidade em um dado momento. Acontece, também, que eu fui marcada por um momento histórico de construção sistêmica, em que o sistema era pensado na perspectiva do equilíbrio e tudo que não fazia parte do equilíbrio sistêmico, era uma anomalia. É claro hoje, que o sistema da física e a visão sistêmica que o Morin expressa propõe uma nova perspectiva que indica para o sistema equilíbrio e desequilíbrio, ordem e caos no movimento. Isto que o Morin vai chamar de sistema auto-eco-reorganizacional. Quer dizer, o sistema se auto-constrói, a partir de uma relação ecológica, mas em função, sempre, de uma interação entre equilíbrio e desequilíbrio, entre ordem e caos. A natureza como um sistema estaria, segundo Morin, constantemente se reorganizando. Este conceito sistêmico se aproxima do que eu penso, mas ainda não o adotei. O que me preocupa nisso é que a teoria do sistema e a visão sistêmica de natureza possam ser entendidas como a natureza da natureza, isto é, afirmar que a natureza é sistêmica. A Teoria Sistêmica é uma leitura da natureza, assim como foi a leitura mecanicista, a idéia de natureza como máquina vinda de Newton. Cabe lembrar que a natureza tida como sistêmica associa-se ao desenvolvimento da física e da cibernética, além da biologia. O que é um computador? O computador também é um sistema. Ele tem uma funcionalidade interna e tem entradas e saídas. Então eu fico pensando...O que se faz hoje? Como é que se lê a natureza hoje e até a sociedade? Estou lendo a natureza e a sociedade a partir de um metáfora que não é mais a máquina do Newton, mas é o computador enquanto o sistema, que é a nossa máquina moderna. Então, a natureza está sendo olhada como um computador e a gente começa a ver isto

quando? Com a aproximação analítica da neurobiologia com a cibernética. O que os neurobiólogos querem? Entender como funcionam as redes neuronais, para entender como funciona o cérebro e criar, juntamente com os cibernéticos, a inteligência artificial. Então, a troca de conceitos e de termos que se utilizam nestas áreas começa a construir uma nova idéia de mundo, o mundo sistêmico. O professor Milton Santos nos fala disto, quando diz que ao nos apropriarmos de conceitos de outras disciplinas as transformamos em metáforas.

Geosul - Como professora, profissional da geografia, vinculada a uma universidade pública, como você pensa que deve ser a formação do geógrafo hoje, professores e bacharéis?

Dirce - Essa é uma questão, também, polêmica. Eu tenho uma posição que sei que é altamente questionável, até por conta do movimento dos anos 70, da regulamentação profissional e pela existência formal do profissional de geografia. Penso que nós lidamos com a geografia, sejamos professores ou bacharéis. O conhecimento deve ser único, tanto para professores, quanto bacharéis. As dimensões básicas do conhecimento geográfico passam pelo conhecimento teórico, conceitual, o técnico e da informação e o da realidade. Então, não vejo como formar um bacharel, ou um professor de geografia, sem que ele tenha uma base forte em todas estas dimensões. Eu me recuso a pensar em uma formação diferenciada, que aceita, por exemplo, que o bacharel tem que conhecer o mais moderno em tecnologias e o professor não. Até porque a escola está mostrando a necessidade, hoje, do uso de tecnologias no ensino. Assim, sou levada a pensar numa formação que seja equivalente e que mantenha o mesmo núcleo de conhecimento. Mas também reconheço que há uma distinção nas nossas práticas. Uma coisa é a atividade de ser professor e outra coisa é ser bacharel. O que nos diferencia é o nosso exercício profissional, e é esse exercício que tem que ser diferenciado em nossa formação, e não a distinção conceitual e conceptiva de geografia. Na formação tenho que ter momentos que se diferenciem na prática do fazer geográfico, mas não no conjunto

das disciplinas e da construção conceitual, técnico e de conhecimento da realidade. Por outro lado existe uma discussão que vem pela educação que pensa a necessidade, e isto na minha universidade é forte, de separar, pois existe uma identidade do ser professor que tem que ser preservada. Nesta discussão, a construção da identidade do professor só se faria a partir de uma formação singular para este professor. Frente a estes argumentos, eu diria o seguinte: eu ainda penso como falei inicialmente, mas reconheço que existem outros pontos de vista em discussão, que ainda não estou muito convencida. Na minha universidade esta discussão está muito presente. É possível pensar que esta lógica, que implica uma formação diferenciada, encaminha para a possibilidade de formar o professor em escolas de formação específica, inclusive, fora da universidade. Há muitos professores que pensam que o caminho deva ser esse, para dar conta desta singularidade. Eu, particularmente, penso que se perde o núcleo da formação de geografia.

Geosul - Neste sentido tem os dizeres clássicos que na universidade o ensino, a pesquisa e a extensão são indissociáveis. Você formar um professor de geografia com um saber que ele vai ficar transferindo ad eternum. Por isso é necessário estar sempre em atividade na disciplina para que se possa estar atualizado e esta visão do instituto superior de educação é muito essa, de que você consegue formar um professor e a partir daí ele está pronto. Ela foge exatamente a essa idéia de universidade em que se forma o pesquisador também, onde ele possa constantemente enriquecer seu conhecimento.

Dirce - Outra questão que também está posta é que geralmente se faz uma negação ao licenciado da pesquisa, quando hoje toda a discussão da educação é que o professor deve ser um investigador. Esta é, também, uma outra coisa que se deve pensar a respeito da formação, não só do professor. Todo o professor do futuro há de ser aquele que está sempre buscando, ou pesquisando, porque não há mais como determos a informação por mais de alguns dias. Temos que estar sempre investigando. Então, a formação, tanto do

bacharel e, especialmente, do professor tem que ser repensada, porque ela tem que estar centrada na investigação. A pesquisa passa a ser fundamental no processo do conhecimento. E, aí, quero retomar uma questão que eu dizia que não está colocada, hoje, para a geografia que é a das novas tecnologias. Se no passado nós tínhamos um problema entre a geografia crítica e a não crítica, o que eu percebo hoje é o confronto entre, segundo meus alunos, a poesia e a técnica. Esta questão chamou-me à atenção aqui em Florianópolis no encontro da AGB do ano passado. Neste encontro, fiquei vinculada aos prédios da engenharia por conta de eu ser uma geógrafa “da natureza”. Participei nos espaços de diálogo do grupo da geomorfologia e, em parte, no grupo das novas tecnologias. No debate final do grupo da novas tecnologias, percebi que lá discutiam-se e rebatiam-se as críticas dos geógrafos alojados no CFCH, dizendo que os geógrafos humanos estão nos criticando, porque nós usamos novas tecnologias e dizemos que nós somos apolíticos e estamos alimentando o *status quo*, por conta de que eles não sabem lidar com estas novas tecnologias. Aí eu entrei na discussão para dizer que a gente tem que pensar um pouco diferente; a gente tem que pensar o que estamos fazendo com estas novas tecnologias que permitem que os nossos pares nos façam esta crítica. Nós não precisamos ficar só na defensiva, temos que avançar nesta discussão. Na minha avaliação as novas tecnologias são fundamentais para a análise geográfica. Só que o que está sendo produzido com as novas tecnologias, no meu ponto de vista, não é muito mais do que uma geografia descritiva do passado, qualificada por estes instrumentos. A gente precisa questionar. Não é jogar fora, é usá-la, mas sob o meu ponto de vista, se a gente quiser fazer uma geografia envolvida com crítica, deve pensar o uso deste instrumental como um facilitador disto. Quando eu venho de lá (engenharia), para assistir uma mesa redonda aqui (CFCH), assisto um trabalho de cartografia do colega Rafael dos Anjos, de Brasília, apresentando toda a delimitação que ele fez, no Brasil, dos quilombos antigos e seu engajamento na luta dos quilombolas, com base no sistema de informação geográfica. Ao final, Rafael foi

aplaudido de pé pelos colegas da geografia humana. Então, a crítica não é em cima das tecnologias, e sim no uso acrítico destas tecnologias. Como críticos, nós temos que estar sempre avaliando aquilo que nós fizemos, seja conceitual, ou tecnicamente. Temos que estar sempre pensando no que fazemos.

Geosul - E a educação ambiental na geografia? Como você vê?

Dirce - Vocês vão dizer que eu sou muito conservadora. Eu penso o seguinte: antes de tudo, educação. A questão ambiental está embutida na questão educacional. Se nós tivéssemos uma educação ampla e completa, nós não precisaríamos estar ensinando formas de como lidar com a limpeza do ambiente. Só que a nossa realidade não é esta. Nossa realidade é que a educação é fragmentada. Eu aceito a educação ambiental como uma chamada específica para um problema que está posto. Então, eu aceito e até oriento alunos dentro desta ótica. E penso que a geografia tem uma participação fundamental na temática ambiental. Mas, também, é meu pensamento que a questão ambiental e a educação ambiental não são sítios ou territórios exclusivos de um único profissional. A educação ambiental perpassa por todas as áreas, mas a geografia tem um papel importante, tanto na educação formal, como em outras formas de educação que venha a se fazer. Neste livro, *Geografia e Educação: Geração de Ambiências* (que deixo com vocês) tem um capítulo escrito por Lucimara Refatti, que é psicopedagoga que mostra uma experiência interessante. Ela trabalha com a dimensão ambiental para a inserção de crianças que são excluídas da sociedade. Ela captou, a partir do trabalho psicopedagógico que grande parte das crianças que ela tratou e, que estavam alheias ao seu mundo, tinham relação com o que pensavam a respeito de ambiente. Numa exposição oral de seu trabalho, a autora relatou a história de uma criança que tinha um problema de exclusão só superado quando a pedagoga conseguiu, através do diálogo, uma maior aproximação com seu paciente. Ao falar a menina pediu para ir em um determinado lugar com ela. Este lugar era o lixão. Neste momento, menina conseguiu dizer que sua mãe teria dito que quando ela nasceu, o desejo dela era tê-la

colocado no lixo. O resgate desta vivência e os procedimentos posteriores, associados a uma discussão do ambiente conseguiu que esta criança ampliasse sua percepção de quem era e aonde estava. Este exemplo é, para mim, um forte indicador da importância da educação “ambiental” e a geografia.

Geosul - Como você vê a geografia brasileira neste momento, além do eixo Rio-São Paulo?

Dirce - Eu acho que a descentralização da geografia brasileira é resultado, também, do movimento de 78, por conta de que, embora o Rio e São Paulo tenham uma história maior em termos de geografia e seus departamentos não tenham sofrido tantas influências, em outros lugares do país esse movimento exerceu uma influência e construiu uma geografia com outros significados. Eu percebo, hoje, um mapa da produção geográfica brasileira muito descentralizado de São Paulo e Rio. A gente reconhece uma geografia feita pelos colegas das grandes universidades do nordeste, do centro do país, mais interiorizadas, como Uberlândia e Goiânia. Ao mesmo tempo reconhecemos a expansão da geografia para o sul; Paraná e Santa Catarina são a expressão desta expansão. No Rio Grande do Sul a geografia sofreu um processo demorado de emergência. No departamento que trabalho atualmente, a gente faz o registro de 1989 como o ano em que o curso de geografia da UFRGS sofre uma mudança radical e vem se construindo diferentemente de lá para cá. É um tempo mínimo, dez anos! Não dá para comparar uma USP, que vem produzindo desde 34, ou com Recife, ou com o Rio, mesmo com vocês da Federal de Santa Catarina que, há mais tempo, investiram na pós-graduação, por exemplo. Mas fizemos parte, com certeza, dessa descentralização. Eu acho esta descentralização muito boa para a geografia. Isso permite uma visibilidade da geografia incrível. Isto é observável, principalmente, pela busca do conhecimento geográficos por profissionais de outras áreas. Eu acho isso fundamental e sempre digo para os meus alunos que a gente não tem que fazer geografia para a gente mesmo. Não sei se sou otimista, mas acho que a geografia está em um momento muito bom. Lá em nosso

departamento percebe-se que existe uma demanda muito grande pela temática geográfica: muitos alunos de outras áreas fazem disciplinas do curso de geografia, eles mesmo dizem que precisam de certos conhecimentos que sabem que só a geografia trabalha. E, entretanto, os geógrafos estão sempre chorando, dizendo que não têm mercado. Acho que esta é outra coisa que a gente precisa reverter. Como estamos finalizando, gostaria de agradecer a oportunidade de uma tarde tão agradável.

Geosul - A gente agradece a sua disposição em conceder esta entrevista em uma agitada Semana da Geografia da UFSC.